

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.085 - MG (2019/0168158-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RUDINEI OLIVEIRA PROCOPIO (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA - MG186123N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Por meio deste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.044830-8/000, busca-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada em desfavor de **Rudinei Oliveira Procopio** pelo Juízo de Direito da Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Visconde do Rio Branco, defendendo-se, em suma, ausência de fundamentação para a prisão cautelar.

É o relatório.

Não me deparo com a presença concomitante dos pressupostos autorizadores da medida de urgência.

Isso porque, conforme os autos, o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, convertida a prisão em flagrante em preventiva, como garantia da ordem pública, conforme se infere a seguir (fl. 11):

Compulsando a FAC coligida, observa-se que as anotações nela constantes não autorizam a liberdade provisória, estando presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva.

[..]

Isso porque há indícios suficientes da materialidade e da autoria do crime que é punido com pena privativa de liberdade superior a quatro anos, havendo necessidade de se preservar a ordem pública ante a gravidade e repercussão que acarretou no meio social de origem, além da inegável conveniência para a instrução criminal e para assecuração da aplicação da lei penal face ao cometimento no período do plantão forense, viabilizando-se, assim, o exame do caso com detalhes pelo magistrado competente.

Note-se que o juízo singular destacou a reiteração delitiva para justificar a medida cautelar, fundamento, a meu ver, idôneo para manter a constrição cautelar.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Visconde do Rio Branco, bem como ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a anotação de que deverão ser prestadas em até 20 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

